

RESUMO EXECUTIVO – CADERNO 9: TERRITÓRIO E POVOS DO ACRE

1. INTRODUÇÃO

Este Resumo Executivo apresenta aspectos do desenvolvimento territorial do Acre, constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Acre – ACRESCE.

Foram consultados indicadores e bases de dados, tais como: Censo 2022, relativos ao crescimento populacional, com os primeiros resultados divulgados do censo aplicado naquele ano contendo informações sobre povos tradicionais e Unidades de Conservação, e dados específicos extraídos dos documentos-síntese produzidos na elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (ZEE-AC) – Fases 2 e 3; Relatório Parametrizado do Ministério do Meio Ambiente, 2014 e 2016; Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema; Produção Agropecuária nas Reservas Extrativistas do Acre; Unidades de Conservação do Brasil; População em Unidades de Conservação da Amazônia Legal Brasileira, 2010; Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá - Volume 2; Plano de Manejo do Parque Estadual Chandless, 2010; Diagnóstico Socioeconômico do Parque Estadual Chandless, 2008; P Parque Nacional da Serra do Divisor - Acre: Instrumentação preliminar em defesa da implantação de um instituto socioambiental como fortalecimento da Unidade Conservação, 2019; e Plano de Manejo da Estação Ecológica Rio Acre.

2. PROGRAMA ESTADUAL DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO (ZEE) DO ACRE

Após duas décadas e cinco gestões de governos estaduais, foi concluído o Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre (ZEE). A metodologia empregada considerou estudos anteriores e atualização de informações. Para as áreas pesquisadas, foram considerados ciclos econômicos, migrações, eventos naturais e desenvolvimento de infraestrutura.

O ZEE é uma estratégia de planejamento que divide o território em diferentes regiões, considerando características ambientais, sociais e econômicas, para orientar o uso adequado dos recursos naturais existentes. Serve para determinar decisões sobre o uso do território como, por exemplo, criação de áreas de conservação e definição de zonas industriais, agrícolas ou urbanas, com possibilidade de revisão a cada 10 anos.

O zoneamento do Acre foi inovador ao considerar as características político-culturais de seu território, ao lado das ambientais, sociais e econômicas. A elaboração do plano no Estado contou com participação popular pioneira e se tornou referência metodológica para a construção do ZEE de outros estados brasileiros.

Historicamente, o ZEE deriva do zoneamento ambiental, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente que já estava previsto na Lei Federal nº 6.938, de 1981. Em março de 1990, o Decreto nº 99.193 instituiu um grupo de trabalho para analisar e estudar tais zoneamentos, quando, então, passaram a ser denominados Zoneamentos Ecológicos Econômicos, com prioridade para a Amazônia Legal. Todos os seus estados passaram a receber recursos e capacitação para a elaboração dos respectivos zoneamentos, e o aspecto social também passou a integrar o escopo dos ZEE.

A Amazônia Legal representa 59% do território nacional e é caracterizada pela presença da rica biodiversidade da maior floresta tropical do mundo – a Amazônica. É composta por nove estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão (este, parcialmente). A área possui

grande relevância estratégica para o País, tanto em termos ambientais quanto geopolíticos, devido à extensão, riqueza mineral e biodiversidade.

O Decreto nº 4.297 de 2002 regula o ZEE e prevê a compatibilização do crescimento econômico com a proteção dos recursos naturais, sendo obrigatória sua observância por agentes públicos e privados que utilizem recursos naturais.

No ZEE do Acre, houve uma fase que antecedeu o atual regulamento. Executada entre 1999 e 2000, na Fase I, houve a elaboração de um diagnóstico do Estado, considerando os recursos naturais, socioeconômicos e, de forma inédita no Brasil, os recursos político-culturais. Os estudos usaram diferentes dados secundários como base, em tentativa semelhante ao presente trabalho da Acresce / Instituto Sapien, embora, naquela época, o volume de dados fosse mais limitado.

A Fase II do ZEE do Acre foi realizada de 2003 a 2007 e, além de atualizar alguns dados da fase anterior, proporcionou o ordenamento territorial do Estado dividido em quatro zonas, de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. O principal produto dessa fase foi o Mapa de Subsídio à Gestão Territorial. Foram realizadas reuniões técnicas em todos os municípios, com sugestões submetidas à aprovação de Conselhos Estaduais (Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - Cemact, de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável - CDRFS e Caixa Econômica Federal - CEF, buscando-se, assim, o consenso.

A Fase II termina com a publicação da Lei Estadual nº 1.904, de 5 de junho de 2007, que institui o ZEE do Acre para orientar o planejamento, gestão, atividades e decisões do poder público, setor privado e sociedade, relacionadas ao uso e à ocupação do território.

O ZEE do Acre passou por revisões e significativas reorientações na Fase III, um longo período marcado por demandas do setor empresarial nas diferentes esferas. A Lei nº 1.904/2007 já previa a revisão do ZEE após 10 anos, atravessando discussões do novo Código Florestal no âmbito federal (que resulta na Lei nº 12.651/2012) e por novas normas federais e estaduais a partir de 2015. O consenso, mais uma vez, foi buscado por meio de reuniões com o Fórum Empresarial do Acre – composto por Federações Estaduais da Agricultura e Pecuária (FAEAC), da Indústria (FIEAC) e do Comércio, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO), com consulta pública em 2019.

O agronegócio foi contemplado na Zona 1, onde a área de abrangência cresceu 50,8% nessa fase, e remodelou-se o foco para áreas prioritárias na Zona 3, que foi reduzida em 56%, nessa Fase III. Além disso, depois de uma década das fases anteriores, os dados secundários precisaram ser atualizados. No eixo socioeconômico, foram incluídos novos dados de educação, saúde, saneamento, violência, emprego e renda, ainda incipientes à época da fase anterior. As áreas (Zonas) ficaram assim definidas pelo ZEE do Acre: Zona 1: sistemas de produção agropecuária e florestais sustentáveis; Zona 2: uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental; Zona 3: áreas prioritárias para o ordenamento territorial; e Zona 4: cidades do Acre.

Cada uma das quatro zonas foi dividida em subzonas, com diretrizes específicas, sendo que algumas podem ser subdivididas em Unidades de Manejo. O Acre possui 87% de floresta nativa. Entre reservas ecológicas e extrativistas, abriga 22 Unidades de Conservação (UCs) e 36 Terras Indígenas (TIs). Embora esses territórios estejam em processos distintos de regularização, metade do Estado é formada, praticamente, por áreas naturais, protegidas legalmente (47,9%). A Secretaria de Estado de Meio Ambiente busca promover a conservação e o uso sustentável pelos habitantes. Entre as UCs, três são de proteção integral do governo federal; outras 19 permitem o uso

sustentável, com presença de moradores que contribuam para a conservação; e o governo estadual é responsável por oito UCs, incluindo parques e florestas.

3. RECURSOS NATURAIS, ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CONDIÇÕES DE VIDA

Recursos Naturais e Meio Ambiente – Estudos sobre a geologia, geomorfologia, vegetação, climatologia e botânica do Acre serviram para duas análises integradoras utilizadas na Fase II do ZEE: a avaliação na vulnerabilidade ambiental e a definição das unidades de paisagens biofísicas, atualizadas na Fase III. Todo o detalhamento está disponível no relatório completo sobre o tema dos Territórios e Povos do Acre.

De forma resumida, o clima é caracterizado por altas temperaturas e elevados índices pluviométricos. Na maior parte do Estado, as precipitações são abundantes, sem uma nítida estação de seca, sendo junho, julho e agosto os meses menos chuvosos.

O relevo é composto, predominantemente, por rochas sedimentares, que formam uma plataforma regular, descendo suavemente em cotas da ordem de 300m, nas fronteiras internacionais, para pouco mais de 110m, nos limites com o Estado do Amazonas.

O Acre apresenta extensa rede hidrográfica e seus rios correm no sentido Sudoeste-Nordeste. As bacias hidrográficas mais relevantes são as do Juruá (3.283 km) e a do Purus (2.770 km), que se formam nas nascentes do rio Solimões.

O Acre se divide em nove unidades geomorfológicas: Planície Amazônica, Depressão do Endimari-Abunã, Depressão do Iaco-Acre, Depressão de Rio Branco, Depressão do Juruá-Iaco, Depressão do Tarauacá-Itaquai, Depressão Marginal à Serra do Divisor, Superfície Tabular de Cruzeiro do Sul e Planaltos Residuais da Serra do Divisor.

Os principais solos do Acre são: argissolos, cambissolos e luvisolos, em equilíbrio de morfogênese / pedogênese, o que explica a presença predominante de solos rasos e com baixa idade relativa.

A vegetação natural do Acre é composta, basicamente, de florestas, divididas em floresta tropical densa e tropical aberta, que produz um clima quente e úmido (equatorial), com temperaturas médias anuais variando de 24° a 32°C, e altos índices de precipitação pluviométrica. Na maior parte da vegetação acreana, predominam as florestas abertas com bambu e palmeiras, com a maior extensão territorial e a floresta densa. Em 2004, o Estado do Acre ainda possuía 89% do seu território coberto por florestas.

Dados de 1998 a 2002 registraram que a fauna, no Estado, apresentava 1.443 espécies confirmadas e mais 55 classificadas até o nível taxonômico de gênero. O grupo das aves foi o que apresentou a maior diversidade (51,4% do total), seguido dos peixes (21,6%), mamíferos (13,6%), anfíbios (7,4%) e répteis (6%).

A comparação com o total de espécies conhecidas no Brasil e no mundo revela a riqueza do Estado: cerca de 40% dos mamíferos do Brasil e 4,5% do mundo ocorrem no Acre. No caso das aves, 45,8% das espécies do Brasil e 8,5% das existentes no planeta são encontradas no Acre. Por outro lado, os peixes catalogados representam somente 10,7% da riqueza ictiológica do País. Contudo, essa representatividade pode variar, já que o número de coletas é muito pequeno e porque a estimativa de 3 mil espécies de peixes brasileiros de água doce é questionável, em função do desconhecimento sobre a fauna ictiológica da Amazônia.

Aspectos Socioeconômicos e Condições de Vida – O Estado do Acre passou por transformações socioeconômicas significativas e o ZEE-AC aponta que elas afetaram o tamanho da população e a capacidade de gerar emprego e renda, além de repercutirem na distribuição, no alcance e na qualidade dos serviços públicos prestados aos acreanos.

O IBGE classifica como rural o município onde mais da metade da população vive fora da zona urbana. Nesse critério, 9 dos 22 municípios do Acre são classificados como rurais. A OCDE adota critério diferente, considerando municípios rurais aqueles que possuem baixa densidade populacional (menos de 80 hab/km²). Nessa perspectiva, todos os municípios do estado, exceto Rio Branco, são considerados rurais.

Os dados populacionais no ZEE revelam que o Acre apresenta um dos crescimentos populacionais mais relevantes do Brasil, especialmente na zona rural, projetando aumento de residentes em 65%, entre 2000 e 2019. Contudo, recente divulgação dos primeiros resultados do Censo 2022 mostram que essa projeção foi superestimada (informações mais detalhadas no Caderno sobre Demografia). O Acre está entre os estados que apresentaram maior crescimento populacional, na década passada.

No que se refere à urbanização, Rio Branco é o município mais urbanizado do Acre (91,82%). A média estadual é de 72,6%, fortemente incrementada pela taxa da capital. O segundo e terceiro colocados em urbanização são Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia, com taxas de 70,5% e 70,2%, respectivamente. Os demais municípios têm taxas inferiores a 67%, e o município com menor taxa é Porto Acre (13,32%).

Os estados do Acre, Amapá e Roraima são as três únicas Unidades da Federação com número de habitantes inferior a 1 milhão de pessoas. No Acre, a população é de 830.018 pessoas, de acordo com o Censo Demográfico 2022, divulgado pelo IBGE. O crescimento populacional foi de 13,15% em relação ao censo anterior de 2010.

Em relação aos fatores que se relacionam com as condições de vida, o ZEE adotou cinco grupos de indicadores para os acreanos: emprego e renda, educação, saúde, saneamento e infraestrutura.

Emprego e Renda – A análise da vulnerabilidade social relacionada aos indicadores de emprego e renda mostra que houve uma melhora nesse cenário, a partir dos anos 2000. Os municípios próximos a Rio Branco tiveram taxas de crescimento acima da média nacional. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) confirma que Rio Branco e seus municípios vizinhos tiveram os maiores avanços em termos de emprego e renda, na primeira década do século XXI. Quanto ao índice de concentração de renda (Gini), o Acre apresentou valores constantes e próximos aos demais estados do Brasil, no período de 2000 a 2010, com números em torno de 0,60, segundo informações fornecidas pelo IPEA.

Educação – Em relação à educação, os indicadores mostram melhorias no Ensino Fundamental, com índices acima da média da Região Norte. No entanto, alcançar os resultados nacionais ainda é um desafio. No Ensino Médio, o Acre teve desempenho positivo, mas em posição intermediária no *ranking* nacional. A taxa de analfabetismo, entre pessoas com 15 anos ou mais, tem diminuído e o Acre tem se esforçado para melhorar a educação e reduzir o analfabetismo. Municípios como Rio Branco, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul têm se destacado no IDH de Educação.

Saúde – A análise da vulnerabilidade social relacionada à saúde envolve cinco indicadores: mortalidade infantil, mortalidade materna, esperança de vida ao nascer, mortalidade geral e taxa de óbitos violentos. Houve redução substancial na taxa de

mortalidade infantil, com índices inferiores à média nacional e da Região Norte. Em 2016, a taxa de mortalidade infantil foi de 17 por mil nascidos vivos, próximo à média do Brasil. A mortalidade materna também apresentou taxas mais baixas do que a média nacional e dos estados do Norte. No entanto, a taxa de óbitos violentos teve um aumento acentuado a partir de 2015. Entre 2003 e 2015, houve evolução positiva com a redução das taxas de mortes violentas.

Saneamento Básico – Os indicadores de saneamento básico indicam que 68,7% dos domicílios no Acre tinham acesso ao serviço diário de coleta domiciliar de lixo, percentual menor do que a média da Região Norte (72,4%) e do que a média nacional (84,4%). O acesso ao esgotamento sanitário é um desafio, considerando as condições geográficas e a dispersão populacional no Estado. Apenas 40,6% dos domicílios tinham escoamento de esgoto em 2019, em contraste com a média nacional (68,3%).

Infraestrutura – Em 2010, o Acre possuía 1.666 km de estradas oficiais e 7.756 km de estradas não oficiais, incluindo assentamentos. Cerca de 1.000 km de acessos ainda estão localizados em áreas protegidas. De acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), em 2017, a malha rodoviária total do Acre era de 9.259 km, sendo 16,1% pavimentadas (1.491,4 km). Houve redução na malha rodoviária estadual, nos últimos anos. Em 2017, o Acre possuía 7.323 km de rodovias não pavimentadas. Segundo o anuário da CNT, há planos de expansão da malha rodoviária no Acre, com previsão de aumento de 475,2 km.

4. ECONOMIA

O ZEE do Acre aponta que a maioria da população acreana está na faixa de População Economicamente Ativa (PEA). Pertencem a esse grupo 54% da população, com idades até 24 anos e 83% com até 44 anos. O Estado apresentou forte crescimento econômico desde o início do século, tornando-se a segunda Unidade da Federação que mais cresceu, entre 2002 e 2014. No entanto, a crise de 2015 e 2016 afetou negativamente o crescimento, levando o estado a cair para a 13ª posição, entre 2002 e 2018.

A agropecuária e a indústria desempenharam papéis importantes no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado a partir de 2011. O Acre registrou melhorias consideráveis no PIB *per capita*, aumentando de R\$ 6.400/ano, em 2005, para R\$ 17.000/ano.

A agropecuária teve papel crescente na economia, ultrapassando a indústria, em 2016. A produção de banana, mandioca e milho desempenha um papel fundamental na agricultura, com variações na produção ao longo dos anos. A pecuária também é importante, com aumento significativo no número de cabeças de gado, além da produção de carne e de leite. Na criação de suínos, verifica-se a presença de novas empresas que impactaram no aumento do rebanho, depois de anos de queda. Os dados de avicultura e piscicultura mostram que boa parte dos peixes são vendidos para outros estados.

Indústria e serviços perderam participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) entre 2015 e 2018, enquanto a administração pública e a agropecuária mantiveram crescimento e representação. O município de Rio Branco tem a maior representação no VAB, dominando a indústria e contribuindo, significativamente, para o PIB.

A Produção de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS), incluindo produtos como madeira, açaí e castanhas, é relevante na economia extrativa do Acre. A

castanha-do-Brasil é a principal cultura temporária do Estado, seguida de açaí e madeira, enquanto a borracha apresenta uma tendência de queda.

O turismo é outro setor importante, atraindo crescente número de visitantes para o Estado desde 2012. Aumentaram os estabelecimentos turísticos e o emprego no setor. A inclusão do Acre no Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo, foi de grande importância para a regulamentação do turismo no Estado e expandiu o serviço para cinco rotas e dois pólos, definidos pela Secretaria de Turismo, disseminando o turismo para além das regiões adjacentes de Rio Branco.

Bioeconomia – O conceito de Bioeconomia envolve manejo de florestas nativas, incluindo extração florestal madeireira e não madeireira, para gerar produtos florestais de maneira sustentável. A produção florestal não madeireira, oriunda de florestas nativas, destaca-se no âmbito do conceito mundial de Bioeconomia.

A fase III do ZEE relata que o extrativismo é uma atividade produtiva que se destaca no Acre, com relevância para as atividades produtivas não madeireiras: borracha, castanha e açaí. Sua importância se dá pela geração de emprego e renda para comunidades extrativistas e por ser uma economia baseada na conservação das florestas.

Com base em informações do IBGE, o ZEE do Acre - Fase III conclui que o valor produzido da castanha-do-Brasil tem crescimento constante; a madeira em tora apresentou maior participação entre 2011 e 2013; o açaí revelou forte crescimento nos anos recentes; e a borracha foi o único produto que apresentou queda no volume e valor da produção, desde 2005. Dos PEVS produzidos no Acre, 51% são castanha-do-brasil. O IBGE aponta tendência de expansão de produção para a castanha, açaí e madeira, e retração da produção de borracha. O relatório levanta que 55% da produção estadual dos PEVS se concentram em cinco municípios: Sena Madureira, Rio Branco, Brasiléia, Feijó e Xapuri. Os municípios de Sena Madureira e Rio Branco possuem liderança estadual na produção de castanhas e madeira.

Questão Socioambiental Econômica – O Acre tem se deparado com desafios significativos em relação a desmatamentos, queimadas e à busca por práticas sustentáveis. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apontam que, entre agosto de 2021 e julho de 2022, a área total do Acre (de 164.123,737km²) perdeu 847 km² de cobertura florestal, segundo maior volume de toda a série histórica, iniciada em 2004, abaixo apenas do período anterior (agosto/2022 a julho/2021), que teve perda de 889 km².

Para efeito comparativo, entre 2006 e 2017 a área desmatada por ano não atingiu 400 km² no Estado. O Acre tem adotado políticas para combater o desmatamento, destacando-se o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que incentiva os proprietários rurais a aderirem à regularização ambiental de suas propriedades, promovendo o uso sustentável da terra e a preservação da floresta. Além disso, práticas inovadoras, como o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), têm sido implementadas para recompensar, financeiramente, aqueles que contribuem para a conservação da floresta, valorizando o papel das comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares na proteção do meio ambiente. No primeiro semestre de 2023, os alertas de desmatamento caíram 66%.

De acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), com base em dados do INPE, de janeiro a setembro de 2022 mais de 8.500 focos de incêndio foram registrados no Acre, maior volume desde 2010.

No que se refere à sustentabilidade, o Acre tem se destacado como exemplo de práticas ambientalmente responsáveis. Praticamente metade do território do Acre é

ocupado por Unidades de Conservação, como reservas extrativistas e florestas nacionais, desempenhando relevante papel na preservação da biodiversidade e no estímulo às atividades sustentáveis.

O Estado tem se destacado, internacionalmente, por suas políticas de baixo carbono, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa e à promoção do desenvolvimento sustentável. O Estado foi reconhecido pela implementação do Programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que busca compensar, financeiramente, os esforços de conservação.

5. POPULAÇÕES – ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E DE INFRAESTRUTURA

O IBGE tem como meta a realização de censo a cada 10 anos, com uma revisão intermediária de dados depois de cinco anos. Muitos dos dados levantados no ZEE-AC, bem como nos diversos Cadernos do Acresce/Instituto Sapien, utilizavam como referência a projeção populacional que o IBGE fazia, a partir do censo de 2010. Em 2015, em função da crise econômica que o País vivia, o IBGE deixou de realizar a revisão intermediária. Por fim, devido à crise econômica resultante das medidas sanitárias de proteção à pandemia de Covid, o IBGE não realizou o censo programado para 2020. Apenas 12 anos depois do último censo é que o IBGE teve a oportunidade de rever os dados projetados na década passada. Com a divulgação dos primeiros dados do Censo de 2022, constatou-se que a população brasileira, incluindo do Acre, estava superestimada.

A população do Acre cresceu 13,2%, entre 2010 e 2022. A maior parte das cidades do interior cresceu acima dessa média, porém com redução relativa porque o índice é fortemente influenciado por Rio Branco, que foi de 9% – o que, apesar de ser um grande crescimento, foi menor do que a média do Estado. A capital, que antes concentrava 46% dos acreanos, agora concentra 44%. Por outro lado, Cruzeiro do Sul cresceu 17%, mas esse resultado pouco influenciou na sua participação total sobre a população do Acre – em 2010 concentrava 10,7%, e, em 2022, concentrava 11,1% da população do estado.

Entre cidades medianas do Estado, com população de 20 mil a 50 mil habitantes, Tarauacá e Brasiléia cresceram 22%. Sena Madureira e Feijó cresceram 9%, enquanto Senador Guiomard cresceu 6%. Entre as cidades pequenas, com população de 15 mil a 20 mil habitantes, Mâncio Lima cresceu 27%, Epitaciolândia cresceu 24% e Marechal Thaumaturgo cresceu 20%. Xapuri e Porto Acre cresceram, respectivamente, 13% e 12%. Plácido de Castro, porém, teve queda de 4% em sua população. Já entre as cidades com população de 10 mil a 15 mil habitantes, em 2022, Bujari e Manoel Urbano cresceram, respectivamente, 52% e 50%, sendo as duas cidades com maior crescimento em todo o Estado. Capixaba e Porto Walter cresceram, respectivamente, 18% e 17%. Acrelândia cresceu 12%, perto da média do Estado. Nas menores cidades, com população de até 10 mil habitantes, em 2022, Assis Brasil 33%, Jordão cresceu 40% e Santa Rosa do Purus cresceu 43%.

Povos Tradicionais – Os documentos-síntese da Fase II e da Fase III do Zoneamento Ecológico Econômico do Acre também apresentam informações consolidadas sobre povos tradicionais, com dados atualizados sobre as Reservas Extrativistas (Resex).

Um povo pode ser denominado tradicional quando preserva um estilo de vida intrinsecamente ligado ao ambiente natural e depende dos recursos naturais para viver. O reconhecimento desse modo de vida foi estabelecido pelo Decreto nº 6.040, de 7 de

fevereiro de 2007, ampliado pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Além dos indígenas e quilombolas, essa política inclui outros grupos tradicionais, tais como: castanheiros, extrativistas, faxinalenses (comunidades camponesas), pescadores artesanais, quebradeiras de coco-babaçu, seringueiros, ribeirinhos, entre outros.

No Acre, diversas comunidades tradicionais desempenham papel relevante na preservação da cultura, do conhecimento ancestral e na conservação dos recursos naturais. Esses grupos possuem relação estreita com o ambiente em que vivem e mantêm práticas tradicionais e sustentáveis de subsistência. No documento-síntese do ZEE, Fase III, considera-se que a dinâmica cultural de hoje foi construída a partir da ocupação humana de unidades territoriais e sua relação com esse território. Embora se eleja, como principais grupos, os indígenas, os ribeirinhos e os seringueiros, o documento ressalta que, em muitas situações, houve mescla de diferentes grupos – por exemplo, ex-seringueiros, expulsos de suas terras na década de 1970, que passaram a viver como posseiros em territórios de assentamentos.

Também no documento-síntese da Fase II, são descritos dois outros povos que, embora não se enquadrem na definição de povos tradicionais, migraram para a região e fazem parte da história de povoação do Estado: os sírios e libaneses, que atuavam como regatões – mascates dos rios amazônicos – e os migrantes das regiões Sul e Sudeste que chegaram nos anos 1970 e 1980. Nos documentos sínteses do ZEE-Acre destacam-se três povos: indígenas, ribeirinhos e os primeiros assentados, além de algumas comunidades ribeirinhas que são detalhadas no que se refere às Reservas Extrativistas.

Povos Indígenas, Ribeirinhos e Primeiros Assentados – O Censo de 2022 estima que a população indígena acreana corresponda a 4,21% da população indígena da Região Norte e 1,87% da população indígena brasileira. No censo anterior, de 2010, esses percentuais eram respectivamente de 5,15% e 1,91%. Depois, atualizado por nova metodologia, no Censo de 2022 a população indígena passou a representar 3,82% da população do Estado; na Região Norte subiu para 4,34% e, no Brasil, para 0,83%. Para a realidade brasileira, o Acre tem quatro vezes mais indígenas do que a média nacional. Já em comparação com a realidade latino-americana e caribenha de 2010, o Estado tem metade da média e 16 vezes menos população indígena do que a Bolívia.

Desta forma, os indígenas representam parte significativa da população do Acre, com mais de 20 etnias, segundo o IBGE. Em Santa Rosa do Purus a população indígena representa 63,91% e, em Feijó, 44,62%. Essas comunidades possuem forte conexão com a terra, preservam seus territórios e detêm conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais, técnicas agrícolas e práticas sustentáveis.

Já os povos ribeirinhos vivem nas margens dos rios e lagos amazônicos e contribuem para a conservação dos recursos hídricos por meio de seus saberes acerca dos ciclos dos rios e da dinâmica dos ecossistemas aquáticos.

No contexto da integração nacional, do desenvolvimento regional e da soberania promovidos durante o regime militar, o Acre abrigou projetos de assentamento com pessoas que migraram da Região Sul. Em 1978, dois Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) tiveram início – o Pedro Peixoto e o Boa Esperança. Embora não sejam categorizados como povos tradicionais, os “sulistas” também exerceram influência sobre o território e o PAD Pedro Peixoto.

Povos Indígenas – Dados preliminares do Censo Demográfico Indígena 2022, divulgados em agosto de 2023 pelo IBGE, revelam que a população indígena do Acre é de 31.699 habitantes, dos quais 61,79% vivem em terras indígenas e 38,21% estão fora

dessas terras. Esse total representa 3,8% de toda a população do Estado e é o 13º maior quantitativo do Brasil (Amazonas é o 1º e Roraima é o 5º); em termos percentuais, é o 4º maior, sendo Roraima (15,29%) o Estado com o maior percentual de indígenas na população, seguido do Amazonas (12,45%).

Os municípios do Acre com maior porcentagem de indígenas ocupantes dessas terras são: Feijó (84,78%), Jordão (79,61%) e Tarauacá (72,9%). Os municípios com menos integrantes fora de terras indígenas são: Cruzeiro do Sul (48,09%); Manuel Urbano (48,02%) e Sena Madureira (42,53%).

Em termos de representatividade, os municípios com os maiores percentuais de indígenas em relação ao total da população são: Santa Rosa do Purus (63,91%), Jordão (44,62%) e Marechal Thaumaturgo (19,63%). No Acre, o percentual de moradores indígenas em domicílios com pelo menos um indígena é o 3º maior do Brasil (em média 84,93%), atrás de Roraima e Mato Grosso.

Em áreas demarcadas como reservas indígenas em situação declarada, homologada, regularizada ou encaminhada como Reservas Indígenas pela FUNAI, nem todos os residentes são indígenas. No comparativo, por município, do total da população geral e do total da população indígena, em Feijó e Cruzeiro do Sul há maior quantidade de pessoas não indígenas nas terras oficiais.

Terras Indígenas – As Terras Indígenas (TIs) do Estado do Acre fazem parte do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas. Nos últimos 30 anos, foram reconhecidas 34 Terras Indígenas destinadas a 14 povos, que correspondem a 2.390.112 ha ou 14,55 % da área do Estado, ou 6,73% das 505 Terras Indígenas brasileiras, equivalente a 2,24% da área de todas as TIs.

Conforme o Censo 2022, a população indígena vivendo nas Terras Indígenas do Acre é de 19.588 pessoas. De acordo com dados da FUNAI, atualizados em 2021, no Acre havia 246 aldeias indígenas.

De acordo com a FUNAI, o Acre tem 27 terras indígenas regularizadas em diversos municípios, de diferentes etnias. Há terras homologadas em Marechal Thaumaturgo (etnia Arara do Acre), Santa Rosa do Purus e Feijó (Isolados). Há uma terra indígena declarada em Tarauacá (etnias Katukina e Yawanawá) e outra encaminhada para Reserva Indígena, em estudo, no município de Jordão (etnia Kaxinawá - em estudo e isolados - RI).

Educação, Renda e Saúde da População Indígena – No censo Indígena IBGE 2010, com dados de 2009, o nível educacional dos indígenas brasileiros era inferior ao nível dos brasileiros não indígenas, especialmente na área rural. A taxa de alfabetização de crianças com mais de 15 anos era de 76,7%, quando a média brasileira era de 90,4%. O Acre apresentou a maior taxa de analfabetismo indígena do país, com prevalências de 41,5% nas TIs e 34,5% fora das TIs.

Análise dos Censos de 2000 e 2010 leva à conclusão de que houve progresso no nível educacional dos povos indígenas no Brasil. São indicadores o aumento significativo da frequência escolar de todos os grupos etários; a inserção escolar oscilou de 72% a 80%, na faixa de 12 a 17 anos; as crianças de 6 a 11 anos passaram a ingressar mais cedo no sistema educacional, a permanecer mais tempo e a finalizar os ciclos escolares. O grupo mais atrasado e que não é superado por nenhum país da região é o de 18 a 22 anos (40%). No México varia de 24% e, em Costa Rica, 40%.

Em relação à renda, ainda conforme o Censo Indígena 2010, o Acre estava entre os três estados que apresentavam a população indígena fora das TIs com as menores rendas. Dessa população, na Região Norte, 66,9% não tinham renda alguma e 92,6%

tinham o rendimento médio de até um salário-mínimo. No Brasil, essa população era de 83%, ou seja, 17% tinham rendimento superior a um salário-mínimo.

O saneamento básico também foi pontuado no Censo Indígena de 2010: a coleta de lixo era realizada em 1,9% dos lares indígenas. Em relação à existência de banheiro e esgotamento, 66,9% não possuíam banheiro de uso exclusivo ou sanitário.

Alguns estudos apresentam indicadores relacionados à saúde da população indígena, apontando, no Acre, maior vulnerabilidade dentre os povos indígenas da Região Norte, quando comparados com o restante do País. Grande parcela dessa população reside em áreas remotas com acesso limitado aos serviços de saúde. As doenças infectocontagiosas estão entre as principais causas de morbimortalidade indígena. Doenças e agravos não transmissíveis passaram a ter relevância em um contexto de transição epidemiológica vivenciado nas últimas décadas. Destaque para tuberculose, malária, hepatites virais, doenças diarreicas, respiratórias e parasitárias.

Em relação à tuberculose, a incidência é de 131,9/100.000 habitantes (Acre), na Região Norte é de 83,0/100.000 e, no Brasil, 95,5/100.000. São fatores agravantes a alta concentração de habitantes por domicílio, as precárias condições sanitárias, anemia, desnutrição, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e abandono do tratamento.

A malária é uma doença típica de áreas rurais na Região Amazônica. A probabilidade é de que 12% das pessoas com a doença tenham sido infectadas em terras indígenas (2012). No Acre, 3% ou 720 casos ocorreram nessas áreas. Também são registrados altos índices de hepatite, e o Acre é o Estado mais endêmico da região.

As doenças infecto-parasitárias são a principal causa de óbito na população indígena do Acre, agravadas pela precariedade no saneamento básico, baixa renda, vulnerabilidade alimentar e higiênica. Representam 19% entre as principais causas de morbidade das crianças menores de 10 anos, seguida pelas doenças do aparelho respiratório nesse público (16,5%).

Já as principais causas de atendimentos hospitalares para indígenas no País são as doenças respiratórias, principalmente pneumonia, e doenças diarreicas e parasitárias (verminoses), com frequência maior entre menores de cinco anos. As doenças infecto-parasitárias representam 31% dos óbitos identificados nos dois Distritos Sanitários Especiais Indígenas do Acre (DSEI Alto Rio Purus e DSEI Alto Rio Juruá) entre 2003 e 2008, superando o percentual na população geral do Acre no mesmo período (7,2%).

De acordo com o Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de 2019, as populações que residem ao longo do Rio Envira sofriam com a contaminação de suas águas, que recebem o esgoto das fazendas e do município de Feijó. Os indígenas da região apresentaram graves problemas de saúde, como doenças gastrointestinais. Foram 11 mortes registradas no Estado, em 2019, por desassistência à saúde.

A mortalidade infantil indígena no Acre subiu 78% em 2018 (de 37 óbitos para 66 em 2019), entre crianças de zero a cinco anos. No ano de 2019, aconteceram 32 casos no Alto Rio Juruá e 34 no Alto Rio Purus. O relatório também analisa dados divulgados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Ainda em relação à mortalidade infantil entre os indígenas no Acre, em 2003 e 2008, havia óbitos de 74,2/1.000 nascidos vivos no DSEI Alto Rio Juruá e de 53,6/1.000 nascidos vivos no DSEI Alto Rio Purus. Esses índices são bem maiores do que as estimativas para a população não indígena do Acre (28,7/1.000), da Região Norte (22,8/1.000) e nacional (20,7/1.000).

O Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas (2009) apontou que 51,3% das crianças indígenas brasileiras apresentavam algum tipo de anemia. Na

Região Norte, esse percentual era de 66% (variação de 61,3% a 70,5%). Os índices de baixo peso e baixa estatura foram piores entre as crianças indígenas do Norte e estão associados ao baixo peso ao nascer, à hospitalização no ano anterior, mães anêmicas, famílias com baixo nível socioeconômico e precária condição sanitária.

As principais causas de hospitalização nos 12 meses anteriores às entrevistas foram diarreia e infecção respiratória aguda, corroborando o aspecto da ineficiência das ações básicas de saúde entre esses povos. Outros estudos realizados com indígenas do Acre confirmam a gravidade nutricional dessa população. Um total de 76,3% das crianças de duas aldeias Kaxinawás apresentou desnutrição crônica. Entre os Apurinãs, pertencentes ao DSEI ARP, 61,0% das crianças apresentaram déficit de estatura no nível moderado/grave e 93,0% das crianças de 6 a 24 meses apresentaram anemia. Desses casos, 60% foram considerados graves.

O Inquérito Indígena de 2009 relata as seguintes informações sobre a mulher indígena: elevada prevalência de anemia (35,2% em grávidas e 32,7% em não grávidas), sendo maior na Região Norte (respectivamente 44,8% e 46,9%); mulheres com excesso de peso (46,1%) e obesidade (15,8%). Essa realidade pode ser compreendida se considerarmos os aspectos alimentares e antropométricos (medida das dimensões do corpo humano) e que envolvem uma transição nutricional em conformidade com a dieta ocidental, além da redução da atividade física e sedentarismo. A mudança alimentar e comportamental favorece doenças não transmissíveis, com destaque para hipertensão arterial, diabetes e neoplasias.

Acompanhando a recente emergência dessas doenças, incrementam-se os transtornos psiquiátricos, suicídio, abuso de drogas, alcoolismo, mortes por causas externas e exposição à contaminação ambiental. Nesse sentido, os problemas de saúde ligados à pobreza e miseráveis condições de vida no Acre se evidenciam, tais como os registrados em 2010, quando 10 crianças Kaxinawás, do Alto Rio Juruá, morreram em consequência de diarreia. Paralelamente, surgem relatos de suicídios sequenciais entre jovens Katukinas e óbito por atropelamento ocorridos nesse mesmo ano.

Presença do Estado – O Estado é representado, perante os povos indígenas do Acre pelo Conselho Estadual Indígena (CEI). A FUNAI tem duas coordenações regionais: a Coordenação Regional Alto Purus (em Rio Branco) e a Coordenação Regional do Juruá (em Cruzeiro do Sul). O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) é a unidade gestora descentralizada do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Existem duas DSEIs: a do Alto Rio Juruá (Cruzeiro do Sul) e a do Alto Rio Purus (Rio Branco).

A Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde, inaugurou, em 2021, a primeira Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) em terra indígena, que fica na DSEI Alto Rio Juruá. Conforme dados do Ministério da Saúde, cada DSEI do Acre comporta sete polos bases, divididas em dois tipos: a DSEI Tipo 1 coleta matérias para exame, faz imunizações e esterilizações, capacita Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e auxiliares de enfermagem, aplica programas preventivos, entre outras competências; e a Tipo 2 é responsável, entre outras tarefas, por armazenar materiais e medicamentos, vacinação, coletar e sistematizar dados, administrar as unidades de sua abrangência.

Violência contra Povos Indígenas – De acordo com o relatório Violência contra os Povos Indígenas do Brasil (2019-2021), publicação anual do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2020 foi o ano em que mais ocorreram casos de violência contra o patrimônio de povos indígenas, causados por conflitos territoriais. Em 2021, os casos de invasões, exploração de recursos e danos patrimoniais cresceram. O documento informa data, povo atingido, local e resumo da ocorrência de cada um dos casos. O ano de 2019

foi o que registrou maiores omissões do poder público contra as populações indígenas do Acre, bem como o maior número de suicídios, embora em 2021 o Acre tenha apresentado o menor número de casos dessa natureza no País.

Acesso à Energia Elétrica, Telefonia e Internet – O Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) estima que, em 2021, havia 87.074 pessoas sem acesso à energia elétrica no Acre, das quais 5.115 eram indígenas. Considerando a população indígena estimada anterior ao Censo 2022, 70% tinham acesso à energia.

O Acre é o Estado com a maior porcentagem de população sem acesso à energia elétrica (10%), seguido do Amazonas, com 3,9%. Em números absolutos, o Acre é o segundo colocado em relação aos moradores de UCs (10.898) e de assentamentos rurais (31.247) sem energia elétrica.

Em abril de 2021, a Comissão Pró-Índio do Acre junto com parceiros indígenas apontou que, das 35 terras indígenas do Estado, 13 possuíam algum tipo de acesso à internet nas aldeias, seja por internet via satélite ou dados móveis, muitas vezes limitados, e alguns alimentados por placas de energia solar e somente em algumas comunidades. Embora algumas aldeias tivessem acesso ao sinal de telefonia móvel, sem energia elétrica não é possível recarregar o celular, o que é feito por meio de geradores de energia a diesel e o acesso à comunicação é fixado em horários específicos, poucas vezes na semana. Em outras TIs, há orelhões em poucas aldeias. Em mais de 10 terras não há nenhum tipo de acesso à comunicação (rádio, internet, telefonia fixa).

Potencial de Ativos Ambientais (Créditos de Carbono) – O Acre foi o primeiro Estado brasileiro a legislar sobre incentivos à estocagem de carbono. A Lei nº 2.308, de 22 de outubro de 2010, instituiu o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), que serviu de referência para a construção de muitas outras legislações. Em âmbito federal, a legislação só passou a permitir a comercialização de créditos de carbono gerados em UCs em 2023 (Lei nº 14.590, de 24 de maio), como resultado da Medida Provisória nº 1.151, de 2022. A Embrapa do Acre realizou estudo de viabilidade de geração de créditos de carbono na Terra Indígena Puyanawa, na cidade de Mâncio Lima. Com base nos dados da biomassa florestal, da série histórica de desmatamento de 1988 a 2017 e de inventários florestais, os pesquisadores defendem que a área pode evitar a emissão de 6.381 toneladas de gás carbônico, por ano, até 2025.

De acordo com parâmetros de negociação mundial de créditos de carbono, cada tonelada evitada equivale a US\$ 6. Para um período de 20 anos (2006 a 2025), como foi divulgado pela pesquisa, esse valor estaria próximo de R\$ 2,5 milhões, se convertido pela cotação da época (atualmente, cerca de R\$ 3,7 milhões). A expectativa é de que poderiam ser gerados cerca de R\$ 180 mil por ano, em cotação de julho-agosto de 2023. A TI Puyanawa tem 25 mil ha e 800 habitantes e a principal fonte de renda é a mandioca e derivados, além de milho, arroz e feijão, manejo de frutas nativas, plantios agroflorestais e pequenas criações de gado, caça e pesca para segurança alimentar.

Características de Produção e Economia – De acordo com dados da Comissão Pró-Indígenas do Acre, as TIs Rio Gregório, Caucho, Katukina/Kaxinawá de Feijó, Colônia 27 e Caeté, onde se localizam as etnias Yawanawá, Katukina, Kaxinawá, Shanenawa e Jaminawa, já estão envolvidas com seus etno zoneamentos. Os estudos foram executados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) e pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC). O plano de manejo da Reserva Extrativista (RESEX) Alto Tarauacá de 2020 aponta que os indígenas Kaxinawá integram uma ação com apoio da organização não governamental WWF e de

uma empresa carioca, a Amazon Life, para a comercialização de couro vegetal (treetap) produzido à base de borracha natural.

Etnoturismo – O etnoturismo envolve nove aldeias: 1) São Francisco (Feijó), da etnia Huni Kuin, localizada no Baixo Rio Envira; 2) aldeia Morada Nova (Feijó), do povo Shanenawa ("povo do pássaro azul"), a 360 km de Rio Branco; 3) Pinuya (Tarauacá), dos povos Huni Kuin, também denominada Terra Indígena Colônia 27, a 5 km de Tarauacá; 4) aldeia Recanto Verde (Mâncio Lima), localizada a oito horas de barco de Mâncio Lima; 5) aldeia Shane Kaya (Feijó), da etnia Shanenawa, a 360 km de Rio Branco e que faz parte da Terra Indígena Katukina/Kaxinawá; 6) Comunidade Indígena Paredão (Feijó), às margens do Rio Envira, a meia hora da cidade de Feijó; 7) aldeia do Barão (Mâncio Lima), com acesso terrestre por meio de 8 km de ramal; 8) aldeia Mutum (Tarauacá), na Terra Indígena do Rio Gregório, próxima à cidade de Tarauacá, de etnia Yawanawá; e 9) aldeia Nova Esperança (Tarauacá), na cabeceira do Rio Gregório com acesso de seis a oito horas de barco.

A FUNAI realiza várias atividades com foco em desenvolvimento econômico e geração de renda em terras indígenas, de acordo com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), em especial os objetivos do eixo V: uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas.

Ribeirinhos – O documento-síntese da Fase III do ZEE considera que, embora os ribeirinhos sejam uma população que margeia os rios, sua identidade se dá por hábitos e costumes extrativistas. Em sua maioria são pequenos produtores rurais em áreas já consolidadas. Diferente dos povos indígenas distintos entre si, os ribeirinhos distinguem-se dos povos não indígenas em vários critérios e sua delimitação é tênue, sobrepondo-se ao que se considera população extrativista.

Não há levantamento sistemático e específico sobre a população ribeirinha como grupo diferenciado. Estão dispersos em grupos pequenos e desarticulados e não formam um conjunto com dados estatísticos equivalentes ao censo indígena. A identidade ribeirinha, portanto, se confunde com a dos seringueiros (extrativistas) e é próxima, geralmente, da população indígena, com quem compartilham desafios similares. Informações específicas e oficiais são escassas. No período da vacinação da Covid-19, detectou-se muitos erros na quantidade de ribeirinhos acreanos, resultando em um esforço do Ministério da Saúde com órgãos estaduais para determinar um número mais realista. Inicialmente, foram estimados 20 mil adultos, entre 18 e 59 anos. No final, foram contabilizados 51,8 mil.

Resolução com estimativa populacional das comunidades tradicionais ribeirinhas foi publicada em 04 de maio de 2021 do Diário Oficial do Estado do Acre. Conforme dados da Comissão Intergestores Bipartite do Estado (CIB-AC), as cidades de Rio Branco e Tarauacá são as que têm maior população ribeirinha, com 7.394 e 7.487 pessoas, respectivamente, seguidas de Marechal Thaumaturgo (5.479 ribeirinhos).

O governo federal admite um desconhecimento sobre o total da população ribeirinha. Para o lançamento do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (PLANAFE), em 2018, foram estimadas 234 mil famílias ribeirinhas em todo o País, resultado da somatória de assentamentos diferenciados do INCRA com ribeirinhos registrados no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – por residirem em Unidades de Conservação, e com dados da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) sobre regularização de cessão de uso de terras públicas. A média de pessoas por família não é

informada. Ao se estimar em quatro pessoas por família, foi projetado, para 2018, cerca de 936 mil ribeirinhos no Brasil. Ignorando o crescimento do período até a vacinação da Covid-19, em 2021 – cerca de três anos – os 51,8 mil ribeirinhos acreanos representariam 5,5% dos ribeirinhos brasileiros. A secretaria responsável pelo PLANAFE admite, oficialmente, que o número possa ser maior.

Muitos ribeirinhos habitam Reservas Extrativistas (RESEX). No Acre, existem cinco dessas reservas: Riozinho da Liberdade, Alto Juruá, Alto Tarauacá, Chico Mendes e Cazumbá-Iracema.

Saúde Pública – Além das unidades de saúde disponíveis nas demais regiões, a Amazônia dispõe de dois outros tipos: equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (eSFR) e equipe de Saúde da Família Fluviais (eSFF).

Infraestrutura – Em 2020, o governo do Acre planejou a implantação de 53 sistemas de abastecimento de água simplificados em aldeias indígenas do município de Jordão e comunidades ribeirinhas de Marechal Thaumaturgo, no interior. O investimento previsto era de R\$ 8,5 milhões. Cada sistema possui um poço amazonas com estrutura de madeira, dois sistemas de bombeamento, rede hidráulica de recalque independente para cada bomba e até quatro caixas d'água de dois mil litros, para distribuição às comunidades. Além de rede de distribuição, há ligações entre as casas e as caixas d'água individuais de 300 litros.

Não há informações sobre acesso à energia elétrica e Internet nas populações ribeirinhas do Acre. O Instituto Sapien sugere o cruzamento de dados da SPU com a localização das torres de sinal de Internet e a cobertura de energia coletada pela ANEEL. Essa informação não está disponível, mas pode ser gerada.

Conflitos Territoriais – A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mantém um mapeamento de conflitos envolvendo comunidades ribeirinhas no Brasil. O Instituto Sapien acompanhou o levantamento de agosto de 2022 a julho de 2023 e não houve nenhum registro de conflito envolvendo ribeirinhos acreanos. Há, porém, registro de conflitos no Amazonas, próximo à divisa com o Acre.

Economia – Os ribeirinhos são agricultores e extrativistas, tanto pelo uso de recursos vegetais nativos quanto pela caça e, principalmente, pela pesca, forma mais difundida de extrativismo ribeirinho, presente em todas as comunidades. Há descrições em planos de manejo de Reservas Extrativistas e Reservas Biológicas do Acre, e é rara a Unidade de Conservação que não possua população tradicional residente, sendo a Estação Ecológica do Rio Acre a única exceção. Não há informações detalhadas sobre quantitativos do volume de caça, pesca e extrativismo vegetal ou criação de animais e plantio.

Unidades de Conservação (UC) e Reservas Extrativistas (RESEX) – As Unidades de Conservação (UCs) são importantes na proteção da biodiversidade e na promoção do desenvolvimento sustentável. Sua criação e gestão são fundamentadas em estudos técnico-científicos, diálogos com as comunidades locais e demais envolvidos. O modelo tradicional estabelecido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) é orientado à preservação ambiental para preservar a área mantendo-a distante ou isolada da intervenção humana, como parques nacionais ou reservas para espécies ameaçadas. Existem editais internacionais que financiam a criação desse tipo de área protegida ou de manejo, como corredores biológicos conectando UCs.

Em 1982, no 3º Congresso de Parques Nacionais, realizado em Bali (Indonésia), o conceito foi expandido para incluir áreas onde existe manejo sustentável, com exploração compatível com a conservação da natureza (desenvolvimento sustentável). Esse congresso consistiu em um ponto de virada na UICN e despertou o interesse de mais países: se em 1982 havia 66 participantes, no congresso seguinte, em 1992, havia 133 países participantes.

No Brasil, o marco legal é a Lei Federal nº 9.985/2000, conhecida como Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que define os diferentes tipos de UCs, critérios para sua criação, objetivos de conservação e categorias de manejo em todo o território brasileiro. O sistema brasileiro divide as UCs em dois grupos principais: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

No Acre, a Lei Estadual nº 1.701/2006 estabelece o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), complementa a legislação federal e adapta suas diretrizes à realidade e particularidades do Estado. Por meio da Lei Estadual nº 1.530, de 2004, o Acre instituiu o ICMS Verde, que destina 5% do ICMS aos municípios que abrigam UCs. Em 2019, essa lei foi revogada e substituída pela Lei Estadual nº 3.532, que adotou novos critérios. Em 2020, a Constituição Federal foi objeto de emenda vinculando o rateio de municípios com a melhoria da aprendizagem, e a Lei nº 3.532 foi ajustada, com alteração dos dispositivos promovidos pela Lei nº 3.976, de 2022.

Com a recente aprovação da Reforma Tributária e a gradual supressão do ICMS, é provável que essa legislação seja revista. Atualmente, a distribuição do ICMS do Acre, entre os municípios, é a seguinte: 70% conforme o Índice de Valor Adicionado na economia; 8,5% inversamente proporcional ao valor adicionado *per capita*; 19% conforme o Índice de Qualidade da Educação Municipal; e 2,5% conforme o Índice de Preservação Ambiental (proporcional à área das UCs e à efetividade da gestão municipal relativa ao meio ambiente).

Segundo a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, o Acre tem 46,79% (7.678.825 ha) de seu território composto por áreas naturais protegidas e 87% de floresta nativa. O Estado possui ainda 21 Unidades de Conservação, entre federais e estaduais, que ocupam 32,22% (5.288.713 ha) do total do território (16.412.371 ha), e 36 Terras Indígenas reconhecidas, em 14,56% (2.390.112 ha).

Do total das unidades de conservação, três são de proteção integral e têm como objetivo preservar a natureza, com uso apenas indireto dos recursos naturais: Estação Ecológica do Rio Acre, Parque Nacional da Serra do Divisor – de responsabilidade do governo federal –, e Parque Estadual do Chandless (segundo maior da Região Norte), gerida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).

As outras 18 são de uso sustentável e admitem a presença de moradores, que compartilham da conservação da natureza com o uso racional de parcela dos recursos. As unidades de conservação federais são: Parque Nacional da Serra do Divisor, Estação Ecológica do Rio Acre, Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança, Reserva Extrativista Alto Juruá, Reserva Extrativista Chico Mendes, Reserva Extrativista Alto Tarauacá e RESEX do Cazumbá-Iracema, Floresta Nacional de São Francisco, Floresta Nacional Macauã, Floresta Nacional Santa Rosa do Purus e Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade.

Já o governo estadual é responsável por oito Unidades de Conservação: Chandless, Florestas Estaduais do Antimary, do Rio Gregório, do Mogno, do Rio Liberdade, Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim Pentecoste, Áreas de Proteção Ambiental Igarapé São Francisco, Lago do Amapá e Floresta Estadual do Afluente do Complexo do Seringal Jurupari (OBS: dados detalhados como localização, etnias, áreas

e outras informações complementares sobre as Unidades de Conservação estão disponíveis no relatório completo).

Reservas Extrativistas (RESEX) do Acre – A Reserva Extrativista é uma categoria de Unidade de Conservação que visa proteger territórios ocupados, tradicionalmente, por populações extrativistas, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais por essas comunidades. Conforme o documento-síntese da Fase II do ZEE, a RESEX “atende, especificamente, a dois objetivos: promover a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais e manter o meio de vida e a cultura das populações tradicionais (chamadas de “extrativistas” na legislação anterior)”. Nessas áreas, a extração de produtos naturais como castanha-do-Brasil, látex, frutas e óleos vegetais é permitida, desde que de forma sustentável, respeitando os ciclos naturais e a capacidade de regeneração dos ecossistemas.

As RESEX têm as seguintes possibilidades de exploração econômica: visitas; atividades econômicas sustentáveis por moradores e pesquisas científicas voltadas à conservação da natureza, permitidas com autorização do ICMBio. A produção, em Reservas Extrativistas, é regulada pelo Plano de Manejo e o Contrato de Concessão Real de Uso. A legislação anterior admitia ainda o Plano de Utilização que, à época da Fase II do ZEE-AC, era vigente somente para as RESEX Alto Juruá e Chico Mendes. Esse documento foi incorporado ao Plano de Manejo, por meio da Instrução Normativa ICMBio Nº 7, de 2017, que regula todo Plano de Manejo e revoga a legislação anterior.

A RESEX possui um Conselho Consultivo formado por representantes das comunidades locais, órgãos públicos e sociedade civil, que participa das decisões sobre uso e gestão da área, garantindo participação social. Na Fase III do ZEE-AC, de 2021, as RESEX foram incluídas como subzonas da Zona 2, ao lado das demais áreas de preservação. O Brasil possui 96 reservas extrativistas, segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Na Amazônia, são 71, das quais cinco estão no Acre: as RESEX Riozinho da Liberdade, Alto Juruá, Alto Tarauacá, Chico Mendes e Cazumbá Iracema.

A área total das RESEX brasileiras é de cerca de 15,7 milhões de hectares e as cinco RESEX do Acre somam 2.704.354 hectares, o que representa 16,74% de seu território e 17,2% da área total de RESEX brasileiras. Duas RESEX fazem fronteira com o Peru: Alto Juruá e Chico Mendes.

Os produtos extrativos mais significativos das RESEX no Acre são a borracha e a castanha-do-Brasil. Além do extrativismo vegetal, a caça e a agricultura familiar compõem um modo de vida que resultou nas paisagens atuais. A agricultura praticada nas RESEX é tipicamente familiar, com exploração baseada no cultivo da mandioca, banana, arroz, milho e feijão. Nos anos estudados, a pecuária era praticada nas áreas, com elevada criação extensiva de bovinos de corte. Não há informações sistematizadas sobre a produção agropecuária nas RESEX do Acre, sendo que a de Chico Mendes possui maior número de famílias que criam gado.

O IBAMA/AC é responsável pela gestão dessas RESEX e outras cinco reservas estão em processo de criação, na área de sua jurisdição: Croa (próximo a Cruzeiro do Sul); Rio Iaco (alto do Rio Iaco, em Sena Madureira); Currealinho (Rio Envira, em Feijó); Toma Cuidado (Rio Purus, Boca do Acre, próximo à Sena Madureira); e Mari Floresta (Rio Acre, Boca do Acre, próximo a Porto Acre). O IBAMA/AC responde, ainda, pela RESEX Arapixi, do município de Boca do Acre (Estado do Amazonas), por estar mais próxima de Rio Branco que de outras capitais.

As Reservas Extrativistas são de domínio público, com uso coletivo concedido às populações extrativistas tradicionais por meio do Contrato de Concessão de Direito

Real de Uso (CCDRU). Não é permitido lotear nem vender as colocações, e as áreas particulares, em seus limites, devem ser desapropriadas.

O Instituto Sapien vislumbra a possibilidade de atividade de inclusão digital e um modelo integrado de minigeração elétrica combinada – fotovoltaica e hidrelétrica – com automação da produção e armazenamento hermético.

Dados complementares sobre produção agrícola, extrativista, de pecuária e pesca, bem como indicadores populacionais, de educação, saúde e infraestrutura nas UC's e RESEX estão disponíveis no relatório completo.

Projetos de Assentamento Dirigido – Em 2017, o Acre apresentava 32.661 famílias assentadas, ocupando área de 5.604.066,89 hectares. À época, havia disponibilidade de 7% para novas famílias (2.346 vagas), menos do que a média nacional (17,5%). A área por família (considerando potencial de 100%) é de 160 ha, duas vezes maior do que a média nacional (75 ha/família). Os assentamentos têm, em média, 20,5 anos de existência, semelhante à média nacional.

Metade das famílias assentadas vive no Baixo Acre: Acrelândia, Bujari, Plácido de Castro, Porto Acre e Senador Guimard. Em 2017, havia 161 assentamentos no Acre. Um deles é o PAD Pedro Peixoto, um dos mais antigos do Estado (1978), que comporta diferentes comunidades, e é, ainda, o segundo maior assentamento do País. Esse programa de assentamento dirigido ilustra a chegada, no Acre, de trabalhadores rurais de outras regiões durante o regime militar, e se constitui em tema de grande complexidade e diversidade.

Regularização Fundiária no Acre – O processo de regularização fundiária no Estado foi estabelecido por meio de diversas leis e práticas, para garantir a segurança jurídica da posse da terra e promover o desenvolvimento da região. Algumas das leis e práticas relevantes incluem a Lei Estadual Nº 1.957/2007, alterada pela Lei Estadual Nº 2.007/2008 e pela Lei Estadual Nº 2.423/2011, que trata da Lei de Terras e suas alterações posteriores. Além disso, a Lei Estadual Nº 1.382/2001, alterada pela Lei Estadual Nº 1.786/2006, estabelece o Programa Estadual de Regularização Fundiária Urbana e Rural.

O Instituto de Terras do Estado do Acre (Iteracre) desempenha papel fundamental na identificação de áreas para regularização, realização de cadastros, licitações para georreferenciamento, abertura de processos individuais e emissão de títulos.

O processo de regularização fundiária no Estado enfrenta desafios, como a falta de procedimentos que promovam a verificação de outras demandas prioritárias para reconhecimento territorial antes da titulação, bem como a ausência de normas específicas para os procedimentos internos e etapas de regularização. Esses desafios evidenciam a complexidade e a importância de se ter um processo cuidadoso e regulamentado.